

Liberdade
CAP. II

Negros de ganho Estratégia dos escravos para juntar dinheiro da alforria incluía sistema inventado pelos iorubas

Correio da Bahia
Terça-Feira, 17 de Junho de 2003

Parte do dinheiro ganho nas vendas era usada pelos escravos para conquistar a liberdade. Em 1805, Damiana, africana da Costa da Mina, liberta de José Vieira pelo preço de 100 mil réis, manifestava em seu testamento o desejo de ser enterrada vestindo a mortalha do Seráfico Padre São Francisco. Membro de sete irmandades, entre elas a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, pedia ainda que o vigário de sua paróquia, junto com sete sacerdotes, acompanhasse seu cortejo fúnebre, que deveria também incluir 12 pobres, para quem legava uma esmola de vinte réis para cada um. Sem herdeiros, deixava uma escrava que valia 50 mil réis e alguns móveis. A história de Damiana, que está no livro Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX, de Kátia Mattoso, revela a importância da população negra, seja escrava ou liberta, para a economia da cidade no período. A africana trabalhava como negra de ganho e, juntando dinheiro com esse ofício, conquistou sua liberdade. Além dela, centenas de outros homens e mulheres, nascidos na África ou no Brasil, exerciam a profissão de ganhadores, negros livres ou cativos que executavam trabalho remunerado. No Rio de Janeiro, eles eram conhecidos como Andas. Aqueles que eram livres tinham no ganho o sustento de suas famílias. Os cativos juntavam o dinheiro para comprar a própria liberdade ou a de entes queridos. Um exemplo, também do livro de Kátia Mattoso, é a história do ex-escravo Joaquim de São José, 60 anos, que comprou a alforria da africana Rosa, antes de se casarem. Em meio aos fatos da vida desses personagens remotos, escondem-se estratégias, isoladas ou em comunidade, para poupar dinheiro. Muito antes da existência dos bancos ou das cadernetas, os negros baianos driblavam a tristeza do cativo juntando esperanças e moedas nos cofres das irmandades religiosas ou então utilizando um sistema inventado pelos iorubas, o essussu.

importância

O antropólogo Júlio Braga explica que o essussu era um costume da África pré-colonial que chegou a Bahia com os iorubas da Nigéria, aqui chamados de nagôs. "Tratava-se de um sistema rotativo de crédito usado pelos nagôs para acumular fundos e fazer frente às despesas. No Brasil, os nagôs chamavam o essussu de caixinha e utilizavam o mesmo sistema rotativo, com cada membro do grupo depositando um valor igual, que depois era usado na compra das alforrias", revela. Para entender melhor como funcionava o sistema dos nagôs, basta pensar nas caixinhas organizadas no Brasil atual. Geralmente, as caixinhas reúnem um determinado número de pessoas que têm o compromisso de uma vez por mês doar um valor pré-estabelecido. Também uma vez por mês, todo o dinheiro arrecadado é entregue a um dos membros da caixinha, que assim consegue juntar dinheiro mais depressa para pagar uma dívida ou adquirir algum bem de consumo.

problema

Preço da liberdade

Depois da Lei do Ventre Livre, os escravos passaram a ter o direito a juntar pecúlio para suas alforrias. Algo que, segundo João José Reis, professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (Ufba), já acontecia na prática desde o século XVII. "A Lei do Ventre Livre consagra no código o que já existia na sociedade. A maioria das alforrias que se concedia na Bahia eram pagas e os escravos com melhores condições de juntar pecúlio eram aqueles que trabalhavam no ganho", afirma o historiador.

Havia muitas formas de um escravo adquirir a alforria através do ganho. Alguns acertavam com seus senhores o preço da liberdade e passavam a trabalhar de graça até alcançar o valor determinado. Eles se tornavam devedores dos senhores que lhes adiantavam a carta de alforria. Depois de cumprido o prazo, passavam a trabalhar para si mesmos como homens livres. Outra forma comum era o senhor estipular o preço que aquele escravo valia no mercado e estabelecer um percentual que ele teria de lhe pagar pelo direito de exercer o ganho. Esses senhores geralmente lucravam duas vezes, pois uma parte do que o escravo ganhava ia para suas mãos, como taxa prevista em contrato, e, da parte que cabia ao escravo, além de bancar as próprias despesas, ele juntava o necessário para comprar a alforria. "Muitos senhores adquiriam escravos novos com o dinheiro da alforria", completa João Reis.

Júlio Braga acrescenta que possuir escravos de ganho era tão lucrativo que muitos senhores mantinham vários deles nas ruas de Salvador e até os alugavam a terceiros. "Os negros de ganho proviam o sustento dos senhores. A exploração do escravo urbano diferia daquele na zona rural pelos meios empregados, mas a degradação humana era igual. Havia senhores que obrigavam as escravas a se prostituírem", diz Braga. Senhores apregoando os dotes de escravos de aluguel no Diário da Bahia de 1836 comprovam o status de artigo de luxo que os cativos, principalmente aqueles com um ofício, possuíam. No jornal também eram publicadas as resoluções judiciais para autorização e fiscalização dos ganhadores.

Liberdade

A outra maneira de adquirir a liberdade era através da atuação das irmandades de negros. Albérico Paiva Ferreira, mestre de noviços da Irmandade do Rosário dos Pretos, conta que além do amparo a viúvas e órfãos, os irmãos do Rosário organizavam uma caixinha de pecúlio com o fim específico de comprar alforrias. A caixinha durou até a abolição, quando então os recursos vindos das mensalidades dos irmãos passaram a ser usados em ações socioeducativas mantidas até hoje, a exemplo de cursos profissionalizantes para jovens afrodescendentes. Entre as entidades negras mais atuantes na causa da libertação de escravos mediante o ato de poupar, destaca-se a Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada em 1832 por Vítor Serra, líder de um grupo de negros alforriados. A SPD juntava o ano inteiro contribuições dos associados num cofre que possuía três fechaduras. Para evitar desvios, as chaves eram guardadas na mão de três diferentes

membros de maior confiança. Todo ano, no dia 16 de setembro, o dinheiro poupado era usado na libertação de um escravo.

Cantos de trabalho

Para sobreviver no ganho, os negros cativos ou livres se organizavam nos cantos de trabalho, uma espécie de empreiteira. Embora alguns atuassem sozinhos, mediante autorização do senhor e licença prévia da Câmara Municipal, a maioria preferia agir em grupo, pois assim competiam melhor no mercado. Entre as profissões exercidas, a de carregador era a mais comum e necessária. "Numa cidade cheia de ladeiras e carente de transporte, todo tipo de carga era transportada nos ombros dos negros", declara João Reis. Havia ainda ganhadores especializados num determinado ofício, como sapateiros, barbeiros, alfaiates, pintores ou pedreiros. João Reis lembra que os cantos de trabalho influenciavam tanto no funcionamento do mercado de Salvador que os trabalhadores até fizeram uma greve em 1857. "A greve dos carregadores durou quase dez dias e transformou Salvador num caos. As mercadorias se acumulavam no porto e os comerciantes tiveram grande prejuízo. Essa foi a primeira greve geral de um setor específico da classe trabalhadora no Brasil", acrescenta o professor, que escreveu dois artigos sobre os cantos de trabalho: De olho no canto - trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição, publicado no número 24 da revista Afro-Ásia, e A greve negra de 1857 na Bahia, publicado em 1993 na revista da Universidade de São Paulo (USP). A greve foi um protesto contra a determinação judicial que obrigava os membros do canto a usar uma placa de metal se identificando. Apesar da organização, os cantos eram severamente vigiados pela polícia. Mesmo assim, João Reis informa que a possibilidade de transitar pelas ruas ajudava os escravos urbanos a se articularem em movimentos libertários como a Revolta dos Malês, de 1835. Os cantos, que se dividiam em nações, eram ainda uma forma de preservação da cultura e identidade étnica.